



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

**PARECER JURÍDICO**

DA LAVRA DE: LAERTE PEREIRA FONSECA – OAB/SE 6.779

ASSUNTO: POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022.

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS (SE)

Licitação: Modalidade Pregão Eletrônico nº. 14/2022. Consulta do Executivo Municipal de Simão Dias, Estado de Sergipe. Objeto: Pregão eletrônico para aquisição imediata e total de motocicletas e capacetes para otimização dos serviços de segurança pública operacionalizado pela guarda municipal de Simão Dias (SE), através da Emenda Parlamentar do Convênio nº 01/2022 – oriunda da Secretaria do Estado da Segurança Pública. Análise da Legislação aplicável. Conclusões.

**I – RELATÓRIO:**

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório, Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 14/2022, do tipo menor preço por item, tendo por objeto aquisição imediata e total de motocicletas e capacetes para otimização dos serviços de segurança pública operacionalizado pela guarda municipal de Simão Dias (SE), através da Emenda Parlamentar do Convênio nº 01/2022 – oriunda da Secretaria do Estado da Segurança Pública.

É o relatório.

Fundamento e opino.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

Nos termos da Consulta formulada, o cerne jurídico da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade pregão para a contratação do objeto ora mencionado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber:

“Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: “Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Nos termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 130-104).”

Podemos observar que o presente edital se encontra de maneira clara e objetiva, o objeto da licitação é permissível nessa modalidade, todas as condições dos objetos a serem licitados, de fato, estão de forma a garantir que as finalidades a ser atendida, de fato, correspondem às necessidades da Administração Pública.

A única ressalva cabível, que deverá ser analisado pelo setor competente é quanto à especificidade do termo de referência, possibilitando que futuramente o bem ofertado não seja claramente o necessário pela administração.

Dessa maneira, a modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado no presente instrumento licitatório, qual seja: aquisição imediata e total de motocicletas e capacetes para otimização dos serviços de segurança pública operacionalizado pela guarda municipal de Simão Dias (SE), através da Emenda Parlamentar do Convênio nº 01/2022 – oriunda da Secretaria do Estado da Segurança Pública.

Matheus Carvalho (2015, p. 439), em lição exemplar, afirma que:

“O pregão é a modalidade licitatória definida para aquisição de bens – por esta razão parte da doutrina o chama de “leilão reverso” – e serviços comuns, cujos padrões mínimos de qualidade serão previamente estipulados no instrumento convocatório. Ressalta-se que, conforme disposto na lei 10.520/02, serviços e bens comuns são aqueles que podem ser designados no edital com expressão usual de mercado. O que se busca no pregão é sempre a melhor contratação pelo menor preço.”



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

Assim, obedecidas as regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Pregão Eletrônico, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, acima citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse parecer jurídico, na forma do art. 38, § único, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e, em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender.

No que tange a documentação, verificamos a regularidade, conforme as exigências editalícias.

**III - DA CONCLUSÃO:**

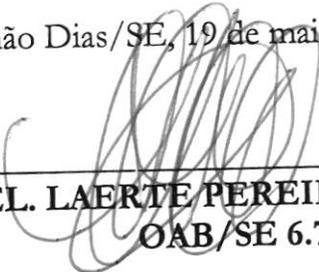
**ANTE O EXPOSTO**, considerando a estrita obediência às normas contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº. 10.520/2002, entendemos que a Administração Pública, ora Consulente, poderá, sim, com base nos documentos apresentados, adotar a modalidade de Licitação pretendida, qual seja: **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos das Leis acima citadas.

Portanto, opina-se favoravelmente para o prosseguimento do processo licitatório, respeitando-se, em todas as fases, os aspectos da publicidade.

Sugiro a Vossa Excelência, de igual forma, a remessa desse parecer à Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

É o meu parecer, o qual submeto à superior instância.

Simão Dias/SE, 19 de maio de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**BEL. LAERTE PEREIRA FONSECA**  
**OAB/SE 6.779**